



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 38/98:

Actualiza os valores das taxas de exploração florestal e das multas por transgressão, constantes do Regulamento Florestal de Moçambique, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2542, de 20 de Setembro de 1965.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 38/98

de 18 de Agosto

As taxas de exploração florestal e as multas por transgressão, constantes do Regulamento Florestal, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2642, de 20 de Setembro de 1965, encontram-se desactualizadas, tornando-se, necessário compatibilizá-las com a nova realidade económica do País, visando a utilização sustentável destes recursos.

Nestes termos, ao abrigo das competências que lhe são atribuídas pelo n.º 3 do artigo 10 da Lei n.º 3/87, de 19 de Janeiro, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1 — 1. São actualizados os valores das taxas de exploração florestal e das multas por transgressão, constantes do Regulamento Florestal de Moçambique, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2542, de 20 de Setembro de 1965.

2. Os valores das taxas e multas actualizados constam das tabelas 1 e 2 anexas ao presente decreto e dele fazem parte integrante.

Art. 2 — 1. As receitas provenientes da cobrança das multas aplicadas às transgressões ao Regulamento Florestal de Moçambique, são consignadas, em 50 por cento, ao Fundo do Fomento Agrário, e o remanescente aos serviços e entidades intervenientes no processo de cobrança.

2. Por diploma conjunto dos Ministros de Agricultura e Pescas e do Plano e Finanças, serão fixados os termos de distribuição do remanescente referido no número anterior.

Art. 3. Cabe aos Ministros da Agricultura e Pescas e do Plano e Finanças por diploma ministerial conjunto, a revisão e actualização periódica das taxas referidas no presente decreto.

Art. 4. O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

Tabela 1: Taxas de exploração e derruba florestal

a) Tipo de madeira:	
Espécies preciosas	105 000 MT/m³
Espécies de 1.ª classe	65 000 MT/m³
Espécies de 2.ª classe	45 000 MT/m³
Espécies de 3.ª classe	30 000 MT/m³
Espécies de 4.ª classe	20 000 MT/m³
b) Materiais de construção:	
Espécies de 3.ª classe	50 000 MT/m³
Espécies de 4.ª classe	30 000 MT/m³
Materiais com diâmetro inferior a 20cm	20 500 MT/Estere
c) Combustíveis:	
Lenha	2 500 MT/Estere
d) Outros produtos:	
Cascas, gomas, resinas e similares ...	25 000 MT/ton
Raízes, folhas, frutos e sementes ...	25 000 MT/ton
e) Taxa de derruba	25 000 MT/ha
f) A taxa de exploração e derruba será adicionada a sobretaxa de repovoamento de 15 por cento sobre a mesma.	

Tabela 2: Multas por transgressão

<i>Transgressões previstas pelo Regulamento Florestal, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2642, de 20 de Setembro de 1965.</i>		Multas
1. Corte sem licença:		
Em área de conservação da natureza e plantações do Estado	1 537 500 MT	
Em áreas de exploração madeireira ou terrenos vagos	768 750 MT	
Em terrenos concedidos para a exploração agrícola, quando o transgressor não for ocupante	1 025 000 MT	
Idem se for transgressor ocupante	307 500 MT	
2. Corte em local diferente do autorizado	307 500 a 1 537 500 MT	
3. Corte de espécies diferente do autorizado	307 500 a 1 537 500 MT	
4. Corte ou mutilação de árvores de interesse público	768 750 MT	
5. Queima de espécies madeiras de 1.ª e 2.ª classes	5 125 MT	
6. Aproveitamento sem licença, da lenha dos despojos de exploração de madeiras	102 500 MT	
7. Derruba de espécies madeiras de 1.ª ou 2.ª classes	10 250 MT	
8. Uso gratuito de espécies constantes do contrato de exploração	102 500 MT	
9. Uso do produto principal das tantes do contrato de exploração vassas, materiais de construção ou combustível	512 500 MT	
10. Uso do produto principal das espécies de 3.ª classe para combustível	256 250 MT	
11. Trânsito de produtos sem guia ou com guia não autenticada, viciada ou indevidamente preenchida	307 500 MT	
12. Excesso superior aos 10 por cento de tolerância admitidos na guia	307 500 MT	
13. Violação da época de corte	205 000 MT	
14. Corte abaixo do DAP mínimo autorizado	10 250 MT	
15. Comercialização de produtos obtidos ao abrigo de licença para consumo próprio	51 250 MT	
16. Falta de livro de registo de movimento de produtos florestais	51 250 MT	
17. Exploração de plantações empresariais ou equiparadas sem prévia comunicação dos serviços florestais	102 500 MT	
18. Plantações acima citadas, falta de comunicação posterior dos dados relativos a exploração feita	102 500 MT	
19. Derruba para obra sem que os empreiteiros comuniquem previamente aos serviços florestais	102 500 MT	
20. Falta de certificado de produto de instância	2 565 MT	
21. Início de exploração em matas do Estado sem que o adjudicatário pague primeiro a caução devida	102 500 MT	
22. Mesmo caso acima, retirada dos produtos sem se ter feito o pagamento prévio da caução	768 750 MT	
23. Venda pela população rural produtos florestais obtidos para o consumo próprio	102 500 MT	
24. Aquisição indevida dos produtos referidos na transgressão anterior	265 250 MT	
25. Outras transgressões para as quais o regulamento florestal não prevê multa específica	102 500 a 512 500 MT	
<i>Transgressões previstas pela Portaria n.º 19 048, de 27 de Dezembro de 1965.</i>		
26. Divisão do faste em toros com desnecessário desperdício de madeira	102 500 MT	
27. Esquadria a machado ou enxó	102 500 MT	
28. Abandono de permadas com diâmetro igual ou superior a 30cm	102 500 MT	
29. Corte acima dos 30cm de diâmetro para combustíveis e materiais de construção	102 500 MT	
30. Corte raso em povoamento natural	102 500 MT	
31. Corte a menos de 30 metros da lenha das águas, na exploração de mangais	102 500 MT	
<i>Transgressões previstas pela Portaria n.º 19 143, de 5 de Fevereiro de 1966.</i>		
32. Desviar para outros fins a madeira que tiver beneficiado de isenção ou redução de taxas por se destinar a determinados fins	521 500 MT	
<i>Transgressões previstas pelo Diploma Legislativo n.º 2 810, de 22 de Abril de 1968.</i>		
33. Falta de pagamento pelo concessionário das taxas para despesas de fiscalização	205 000 MT	
<i>Transgressões previstas pelo Decreto n.º 12/81, de 25 de Julho.</i>		
34. Abate, transporte ou comercialização ilegal das espécies classificadas como produtoras de madeira preciosa	20 vezes o valor das taxas, mas nunca inferior a 1 537 500 MT	